

Uma contundente crítica social

Alexandre Costa Lima

O filme brasileiro “Que horas ela volta?” foi aplaudido de pé ao final da exibição no Festival de Sundance e o prêmio de Melhor Atriz foi excepcionalmente dividido entre Regina Casé e Camila Márdila, as duas principais atrizes. O filme também ganhou o prêmio do público de melhor filme do festival de Berlim 2015. Foi a melhor película do Festival de Amsterdam. Além disso, ele representa o Brasil no próximo Oscar. Tudo bem merecido, pois o filme é ótimo.

Para a diretora Anna Muylaert, que anteriormente dirigiu “O ano em que meus pais saíram em férias”, “É proibido fumar” e “Desmundo”, o cinema não existe apenas como pretexto para se comer pipoca com refrigerante. Serve para pensar. Serve para mostrar quem somos nós, os brasileiros.

O enredo é simples e narra uma história bem banal: a vida de Val (Regina Casé), que deixa Jéssica, a filha de oito anos, no interior de Pernambuco, para trabalhar como babá na mansão de uma família rica do Morumbi, em São Paulo. Passam-se dez anos e Val praticamente criou Fabinho (Michel Joelsas), o filho de D. Bárbara (Karine Telles) e de Dr. Carlos (Lourenço Mutarelli).

Val faz tudo: lava, passa, cozinha, cuida do cachorro, traz copos d’água e até veste um uniforme

para servir salgadinhos nas festas chiques da família. Val “conhece” o seu lugar! Ela só existe para servir e tornar-se invisível nas outras horas. Simbolicamente, sua vida não vai além da cozinha e ela habita um quatinho calorento nos fundos da casa, onde guarda bugigangas compradas nas Casas Bahia.

Um belo dia, Val recebe um telefonema de Jéssica (Camila Márdila), avisando que virá a São Paulo para prestar vestibular na Universidade de São Paulo (USP). Fica muito feliz e pede aos patrões que permitam que sua filha fique alguns dias na mansão, enquanto as duas não alugam um quatinho na periferia.

Eles concordam, Jéssica chega do Recife e aí tudo começa a mudar! Enquanto Val representa o conformismo e a submissão total, Jéssica tem opiniões próprias, conhece literatura e deseja ser uma arquiteta formada na Faculdade de Arquitetura da USP (FAU).

Com naturalidade, Jéssica toma o sorvete de Fabinho, discute arquitetura com Carlos, o dono da casa milionário e deprimido e ainda come a geleia francesa de Bárbara, a patroa. Essa senhora é uma madame ignorante e arrogante (duas qualidades que sempre andam juntas) que pretende ter “estilo” e que certamente nunca leu Nietzsche (filósofo que refletiu sobre dar estilo ao caráter): “estilo” para ela era simplesmente humilhar e menosprezar os outros. Bárbara pretendia também ser alguém que dita a moda (ser uma trend-setter, como a chama um jornalista bajulador que a entrevista).

Para quem deveria limitar-se à cozinha, Jéssica, a filha de empregada, comete um crime: banhar-se na piscina com Fabinho. D. Bárbara, alegando ter visto ratos nadando naquela água, manda esvaziar esse símbolo exclusivo de poder. Na verdade, com a sua conduta insubmissa, Jéssica tornou-se a



(Foto: Divulgação)

intrusa que rompeu o discurso da segregação e abalou as convicções da família burguesa entediada com a falta de sentido da vida. Ao fim, o crime supremo: Jéssica passa no vestibular da USP, o mesmo em que Fabinho foi reprovado. Vem abaixo mais uma barreira: a garota nordestina pobre conquista o acesso à USP, um bem simbólico de qualidade, antes exclusivo da burguesia.

Essa é a história do filme. E o que ele mostra? A nossa civilização artificial, fundada na exclusão e na humilhação. Quer dizer: no Brasil, todos são iguais, desde que não passem da cozinha! Para compreender melhor esse mecanismo, podemos recorrer à teoria da sociedade decente, do filósofo israelense Avishay Margalit.

Segundo o filósofo, uma sociedade civilizada é aquela na qual as instituições não humilham as pessoas e uma sociedade decente é aquela na qual os membros que compõem o corpo social devem abster-se de praticar humilhações recíprocas. A humilhação institucional acontece quando qualquer agente detentor de autoridade (agentes estatais como funcionários públicos, policiais, professores, juízes, etc.), em decorrência de suas prerrogativas, impõe situações humilhantes às pessoas que estão sob a sua esfera de atuação. Uma sociedade não civilizada autoriza atos de humilhação a seus membros ou se abstém de punir os seus agentes perversos.

Em uma sociedade justa, ninguém está privado de usufruir dos bens materiais ou simbólicos tradicionalmente destinados às classes dominantes e de participar dos assuntos públicos. Em uma sociedade decente, todos devem cultivar

o respeito próprio e a autoestima. O conceito kantiano de respeito seria essencial: a dignidade deveria ser um tipo de direito que não poderia ser violado, não importam as razões que alguém injusto fornecesse para violá-lo.

Além disso, pensa Avishay, o respeito deve ser concedido igualmente a todos os seres humanos. A dignidade deve ser moralmente relevante e deve fornecer uma justificação somente em termos humanísticos e racionais, sem apelar para razões baseadas na fé ou em seres divinos. Em última análise, os seres humanos não devem ser tratados como objetos, como máquinas, como animais ou como sub-humanos, as categorias com que D. Bárbara e sua família tratavam a pobre Val.

Muitas vezes, aos domingos, nas churrascarias recifenses, pude ver algumas famílias almoçando fartamente, enquanto uma babá uniformizada mantinha-se em pé, ao lado da mesa, sem comer e aguardando que crianças mal-educadas terminassem o almoço para levá-las ao parquinho. Transformar alguém em um objeto sem valor, uma máquina e não mais uma pessoa merecedora de respeito é um exemplo de desumanidade que mereceria uma censura pública (ou uma sanção jurídica).

As diferentes religiões, filosofias e doutrinas políticas lidam com os diferentes projetos de vida feliz dos cidadãos. De uma maneira geral, elas buscam articular o justo e o bom. O justo seria uma concepção moral da justiça, compartilhada pela maior parte dos grupos de uma sociedade. O bom seriam os distintos ideais de felicidade que pretendem orientar a vida de uma

pessoa em seu conjunto.

Segundo a filósofa espanhola Adela Cortina, os valores que todos compartilham seriam os mínimos de justiça, aquilo a que uma sociedade pluralista não está disposta a renunciar. Os máximos de felicidade seriam os distintos ideais de felicidade dos diversos grupos de uma sociedade pluralista. A ética mínima seriam os valores comuns compartilhados e a ética do máximo seriam os projetos completos de uma vida feliz. Uma sociedade pluralista, onde convivem culturas diferentes, deve articular sabiamente mínimos e máximos, para que a justiça não seja atropelada e nem se percam as ofertas de felicidade.

Em alguns momentos, o filme de Muylaert é constrangedor, porque revela as práticas cotidianas de humilhação das empregadas domésticas no nosso país. Insinuar que alguém não é digno de sentar-se à mesa em um restaurante, ou que alguém é um rato que poluiu uma piscina, é cultivar um “estilo” muito mais próximo ao ideário nazista do que do pensamento emancipatório nietzschiano. Para cultivar uma mentalidade alargada, Kant recomendou três coisas: colocar-se no lugar do outro, pensar por si mesmo, ser coerente consigo mesmo. Val e Jéssica, alternadamente, concretizam as sugestões kantianas. Dona Bárbara, infelizmente, permanece uma trend setter desorientada e infeliz. ■

Ficha Técnica “Que Horas Ela Volta?”

Data de lançamento: 28 de agosto de 2015
Direção: Anna Muylaert
Duração: 1h 54m
Roteiro: Anna Muylaert, Regina Casé
Produção: Fabiano Gullane, Caio Gullane, Débora Ivanov, Gabriel Lacerda